



O litoral de Coruripe é o local previsto para a construção do Estaleiro Eisa, cujo relatório de impacto ambiental foi aprovado terça, pelo Ibama

ESTALEIRO EISA. Luiz Otavio diz que ainda faltam duas outras etapas

“É uma grande vitória”, diz governo de Alagoas

Secretário usa cautela para falar sobre aprovação de relatório

CARLOS NEALDO
EDITOR DE ECONOMIA

O governo de Alagoas começou ontem a distribuir para órgãos técnicos e entidades de classe do Estado, o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da obra do Estaleiro Eisa aprovado na última terça-feira pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A medida tem por objetivo fazer com que instituições como Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Ministério Público, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e Associação de Pescadores de Coruripe – são cerca de

30 no total – tomem conhecimento da decisão do órgão federal, que será discutida em audiência pública que acontecerá no próximo ano, segundo estimativa do próprio governo.

Ontem, depois de saber da aprovação do Rima, o secretário estadual do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, Luiz Otavio Gomes, preferiu adotar um tom de cautela em relação à implantação do estaleiro no município de Coruripe, Litoral Sul do Estado. “Isso é uma grande vitória, de uma série de três que nós poderemos ter”, ressaltou o secretário. Ele explicou que o próximo passo é a realização da audiência pública, que deverá acontecer 45 dias após a publicação do Rima no Diário Oficial da União, prevista para acontecer entre hoje e o dia 31. “Na audiência pública, que de-

verá acontecer em fevereiro, a população é quem vai dizer se é contra ou a favor da implantação”, explicou Luiz Otavio. O secretário lembrou que na primeira audiência – antes de o Ibama vetar a construção do Eisa no primeiro local escolhido – a população de Coruripe foi unânime na aprovação da obra orçada em R\$ 1,5 bilhão.

Caso o Rima seja aprovado em audiência, o Ibama terá 25 dias – a contar da data de aprovação – para receber contestações. “Acabado esse tempo, que deve se dar em março, os técnicos do Ibama se reúnem para decidir pela emissão da licença prévia”, contou o secretário. “Saíndo a licença prévia, precisamos de uma segunda licença, esta definitiva, para o início das obras, o que deverá acontecer entre maio e junho do próximo ano”, acredita. ◻



LUIZ OTAVIO GOMES
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO

“Na audiência pública, que deverá acontecer em fevereiro, a população é quem vai dizer se é contra ou a favor da implantação”



R\$ 1,5 bi

é o orçamento previsto para as obras de construção do Estaleiro Eisa